



# *Câmara Municipal de Bertioga*

Estado de São Paulo

*Estância Balneária*

Protocolo:	<u>0202 / 16</u>
Data:	<u>17.02.16</u> Hora: <u>10:23</u>
Ofício nº:	<u>2ª</u>
Aprovado na	<u>2ª</u> SO,
realizada em	<u>16.02.16</u>
<u>51</u>	adendo
<u>Presidente</u>	

INDICAÇÃO Nº 009 / 16

**Assunto: Peço a fiscalização da prefeitura quanto a Pavimentação em calçadas na cidade de Bertioga.**

**Ref: GV/ML**

Bertioga, 16 de Fevereiro de 2016

Excelentíssimo Sr. Presidente,  
Nobres Vereadores:

**Márcia Regina Braz Lia**, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante Vossa Excelência, ouvido o Douto Plenário, fazer a seguinte Indicação:

As calçadas, que chamamos formalmente de passeios destinados ao uso público, têm uma única função: possibilitar que os cidadãos possam ir e vir com liberdade, autonomia e, principalmente, segurança.

Uma cidade que privilegia a acessibilidade de circulação, garante um direito previsto pela Constituição brasileira.

Manter a calçada conservada é um dever de todos nós, população e poderes públicos. A manutenção das calçadas é uma responsabilidade do proprietário ou responsável pelo imóvel lindeiro a ela. Isso abrange os munícipe, entidades privadas (comércios, condomínios entre outros) e organismos governamentais.

Se um passeio ou praça pública é acessível a uma pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, podemos afirmar que qualquer cidadão conseguirá usufruir deste espaço.

A conquista da acessibilidade, que a princípio serviria para atender a pessoas com deficiência, beneficia a população, sendo portanto, uma conquista de toda a sociedade.



# *Câmara Municipal de Bertioga*

Estado de São Paulo

*Estância Balneária*

Uma cidade deficiente segrega, isola, discrimina. O impacto na vida das pessoas é imenso. Quando existem situações ruins de acessibilidade, muitas pessoas com deficiência deixam de ir às ruas, isolam-se, preferem ficar em casa interiorizando o olhar preconceituoso da sociedade...

Este pedido está de acordo com a Lei que passou a vigorar em janeiro deste ano, o Estatuto da Pessoa com Deficiência "Lei Brasileira de Inclusão" nº 13.146, de 6 de julho de 2015 e também a ABNT NBR 9050:2015.

Cópia para Executivo Municipal, Secretaria de Serviços Urbanos.

Observados os preceitos regimentais, esta é a Indicação que vai devidamente subscrita.

**Márcia Regina Braz Lia**  
Vereadora

**Valéria Bento**  
Vereadora

**ANTÔNIO RODRIGUES FILHO**  
Vereador

**LUIZ CARLOS PACÍFICO JR.**  
Vereador

**EDVALDO ALECRIM SILVA**  
1º Secretário

**JOSÉ FELICIANO IRMÃO**  
2º Secretário

**ALFONSO DARI WEILAND**  
Vereador